



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O DISTANCIAMENTO LINGÜÍSTICO ENTRE A NORMA PADRÃO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Ana Cristina de Araujo^{314*}
(UESB)

Maria Nalva Rodrigues de Araujo**
(UNEB)

RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir questões relacionadas à linguagem no que tange a norma culta e a diversidade lingüística, trazendo a discussão daquela enquanto ato social, que só existe mediante as relações humanas tecidas na sociedade. Paralelo a esta análise, apresenta a fala e, posteriormente, a língua como fenômeno social, sobre as quais recaem preconceitos e intolerâncias lingüísticas que emergem no cotidiano dos falantes da língua portuguesa no Brasil. Por fim, aborda alguns aspectos, especialmente no que se refere à imposição da norma padrão como uma barreira à emancipação humana, uma vez que silencia os sujeitos e os ignora na história que eles mesmos são os construtores. Para tal estudo nos embasaremos nos seguintes pensadores: Newton Duarte (2004, 2010), Florence Carboni e Mario Maestri (2003), Irlandé Antunes (2003), Marcos Bagno (1999, 2001, 2003), Dante Lucchesi (2004), Magda Soares (1997), Lukács (2009), dentre outros.

PALAVRAS CHAVE: Linguagem, Língua, Preconceito lingüístico.

* Graduanda do Oitavo Semestre de Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Faz parte do grupo de pesquisa Desenvolvimento Social.

** Professora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Doutora em Educação do Campo.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

A Linguagem e a Interação Sócio-Comunicativa

A linguagem está intimamente ligada ao processo de formação da consciência humana, pois, para externar o pensamento, os seres sociais utilizam-se daquela cotidianamente.

Já nos primórdios da Idade Moderna, Karl Marx e Friedrich Engels conceberam a linguagem como algo que acontece no meio social, ou seja, a partir da convivência social que estabelecem. Logo, pensar a linguagem é refletir sobre as relações sociais que se fazem no cotidiano de cada sociedade, onde ocorrem interações econômicas, sociais, políticas, religiosas, culturais, artísticas, etc. “A linguagem é a consciência real prática que existe também para os outros homens, e que, portanto, só assim existe também para mim, e a linguagem só nasce como a consciência, da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens.” (MARX; ENGELS, 2004, pp.33/34).

Logo, a linguagem é o conjunto de signos que temos organizados na mente, isto é, uma gama intrincada de formas sociais de comunicação que inclui a linguagem verbal articulada, mas absorve também todos os meios de sistemas de produção de sentido, que se tornam consciência em cada ser social.

A codificação e a transmissão do pensamento mediante sons (linguagem oral) e a criação de signos gráficos para o registro da fala (palavra escrita), possibilitaram cada uma a seu modo, maior permanência da mensagem, da comunicação dos pensamentos, sentimentos e métodos, para resolver os problemas, alterando constantemente as formas de aprender e pensar.

O gramático Napoleão Mendes de Almeida (2005) evidencia que, dentre as diversas formas de comunicação, a fala é um mecanismo fundamental para o



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

estabelecimento das inter-relações. Compreende a linguagem como propriedade que temos de, usando as palavras nos comunicarmos, apresentando nosso pensamento e relatando fatos e sentimentos (MARX & ENGELS, 2004, p.17).

A fala embora seja externada de forma individual é também social, pois ao concretizar-se utiliza uma série de leis e códigos linguísticos produzidos socialmente, fala-se por meio de uma língua construída historicamente, a qual é influenciada por heranças dos antepassados dos atuais falantes, e estes, por sua vez, também deixarão marcas linguísticas que serão utilizadas pelas novas gerações.

Luiz Ricardo Leitão (2007), na obra Gramática Crítica, explicita que a distinção da condição humana frente aos demais animais é a capacidade de pensar e externar o pensamento por meio de palavras expressas oralmente ou escrita por meio de signos.

Os signos linguísticos são convenções sociais constituídas por dois elementos: o significado, ou seja, o conceito, e o significante que corresponde à forma lingüística na sua realização fonética ou gráfica. Assim, a linguagem abarca também a língua, e esta é construída coletivamente; portanto, só existe para um falante à medida que existe outro, e o sistema – língua – só é estruturado mediante relações sociais.

A linguagem é definida por Hilton Jispiassú e Danilo Marcondes (2006, p.169) como um sistema de signos convencionais que pretende representar a realidade e que é usado na comunicação humana. Ou seja, por meio da expressão oral o falante comunica ao ouvinte seu pensamento, posicionamento e pertença a determinada classe social, mesmo sem intencionalidade.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Da mesma forma Florence Carboni e Mário Maestri (2003, p.12) compreendem a língua sendo um meio para explicitar as contradições, entre exploradores e explorados exercendo uma função política nas relações sociais.

Neste sentido a língua é um organismo vivo, heterogêneo e multifacetado, que se constitui como sistema em um contexto social, e portando pode ser utilizada tanto para manter a opressão, quanto para abrir caminhos que leve a libertação. Maurizio Gnerre (1991, p.22) afirma que “a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”.

Compreendemos que a língua informa características a cerca do falante, como a identificação de sua classe, localização geográfica, função que ocupa na sociedade e o grau de escolaridade que possui, dentre outros. E por ser um signo que indica o sujeito, embora seja influenciado também pelo falante, constitui-se como um aparelho de opressão, onde uma variedade da língua é eleita como padrão (prestigiada) e a outra como não padrão (estigmatizada).

Infelizmente, em decorrência da desigualdade social imposta pelo sistema econômico, a língua foi e continua sendo um instrumento de dominação, servindo de instrumento para que uma minoria se mantenha no poder, excluindo a outra parcela da população que fica a margem do reconhecimento de seu patrimônio lingüístico.

Imposição Lingüística e Silenciamento

A história do nosso país no que se refere à língua, cultura e tantos outros campos, é marcada pela pluralidade. Somos herdeiros das línguas indígenas, africanas e portuguesas, e cada uma ao seu modo e tempo, contribuiu para a formação de nossa língua portuguesa falada e escrita no tempo presente.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Entretanto, nossa história é também marcada pela imposição e negação de direitos. Assim foi que se “elegeu” um padrão lingüístico com o intuito de uniformizar a língua portuguesa. Porém, mais do que uma busca de unidade, a escolha de uma variante lingüística frente à diversidade tão ampla, a intolerância contra as demais variantes e seus falantes.

A imposição da língua portuguesa como língua nacional, representou a imposição de ideologias³¹⁵ etnocêntricas³¹⁶, onde os valores aceitos como verdadeiros e corretos eram os estabelecidos pelos portugueses que ocupavam o território.

Os fatos de norma são modelos abstratos e não manifestações concretas. Representam obrigações impostas numa dada comunidade sócio-lingüístico-cultural. Inclui elementos não relevantes, mas normais na fala dessa comunidade. A norma se constitui como realização coletiva, tradição, repetição de modelos anteriores. Indica como se diz, ao estabelecer códigos e subcódigos para diferentes grupos de uma mesma sociedade. É convencional e [...] preserva apenas os aspectos comuns, eliminando tudo o que, na fala, é inédito, individual. (PALOMO, 2010, p. 1)

A imposição de um único modo de fala significa ignorar e desvalorizar a imensa maioria da população, assim como a origem cultural e a singularidade dos diferentes grupos que a constitui. E, partindo de uma gramática prescritiva, alicerça o preconceito lingüístico inserido pela classe dominante, onde as elites esforçam-se para que o conhecimento lingüístico ao qual às classes

³¹⁵ Segundo Jipiassu e Marcondes ideologia é um fenômeno de superestrutura, uma forma de pensamento opaco, que, por não revelar as causas reais de certos valores, concepções e práticas sociais que são materiais (ou seja, econômicas), contribui para sua aceitação e reprodução, representando um mundo invertido e servindo aos interesses da classe dominante que aparece como se fosse interesse da sociedade como um todo. (JIPIASSU e MARCONDES, 2006, p.141)

³¹⁶ Para Jipiassu e Marcondes, etnocentrismo designa a atitude geral mais ou menos inconscientes dos membros de determinado grupo de considerar sua sociedade ou sua cultura como modelo de referência para julgar outras sociedades e culturas (JIPIASSU, MARCONDES, 2006, p.97)



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

subalternizadas tenham acesso seja unicamente o suficiente para desenvolverem as atividades sociais relacionadas à produtividade em prol do alargamento de uma economia a serviço do sistema capitalista.

A classe dominante ao legitimar o sistema de regras fossilizado da língua e naturalizá-las como as únicas formas corretas na comunicação afirma-se também como grupo hegemônico, desconsiderando não apenas o falar, mas os sujeitos sociais que não dominam esse código. “As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes” (MARX; ENGELS, 2004, p. 56).

Dessa forma, a imposição da norma padrão em detrimento das demais variantes configura a perda da identidade de um determinado segmento social, ao mesmo tempo que inviabiliza o acesso destes à norma padrão, visando uma relativa estabilização linguística (FARACO apud BAGNO, 2001, p. 40).

A imposição de uma única variante da língua nega a existência de diversas variantes coexistentes em uma mesma comunidade e ignora aspectos sociais, linguísticos e culturais. Há normas que regulam os falares e essas modificam-se de acordo com o espaço geográfico (dialetos, falares); classes sociais; faixa etária; grupos sociais (jargões, gírias); discurso (os universos do discurso, tais como o jurídico, o pedagógico); gênero; modalidade (oral/escrito) e registro (formal/informal).

Essa concepção de um padrão culto ideal, ignora que “[...] aportes e enriquecimentos linguísticos das classes subalternizadas são incorporados à norma culta, sem que a origem plebéia seja reconhecida, a fim de que o falar erudito não seja dessacralizado”. (CARBONI, MAESTRI, 2005, p.39)

Portanto, a avaliação de uma língua correta e de outra incorreta, além de fazer com que os falantes da variante não padrão, não se sintam construtores da língua, é uma das maneiras de consolidar o controle social e político das classes subalternas, e o faz calando suas vozes e negando o direito de se posicionarem



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

verbalmente em diversas situações, reprimindo e aniquilando a visão de mundo destas. Tal prática contradiz a concepção de língua como instrumento de comunicação que serve a vários usuários.

Língua Brasileira e as Crenças dos Falantes acerca de sua utilização

O ensino da língua padrão tem se utilizado de diferentes preconceitos para ridicularizar e ignorar as diferenças lingüísticas em nosso país. Neste sentido, presenciemos constantemente o uso do subterfúgio com os mitos para exaltar a fala e a escrita padrão.

Marcos Bagno (2007) compreende que o preconceito lingüístico se ampara em mitos, tais como as afirmações de que há “uma unidade lingüística no Brasil”, “que os brasileiros não sabem falar português”, pois “a língua é muito difícil”, e por fim, fomenta a desigualdade ao defender que “em alguns estados se fala melhor português que em outros”.

Ora, qualquer falante pode compreender a diversidade lingüística existente no Brasil, em especial no que se refere às variações regionais. E cada usuário da língua, dentro de cada variante a usa com eficiência, entretanto usam seu português, não o de Portugal ou o da abstração das gramáticas. E é pautado nesse uso da língua viva que a compreensão da gramática fica infundada, não por ser difícil aprende-la, mas porque é mera abstração distante da língua que falamos. E o uso lingüístico ocorre com a mesma eficiência em cada canto do país, entretanto, cada um atendendo as necessidades lingüísticas de seus falantes.

É preciso entender que a língua atende as necessidades lingüísticas de cada grupo, portanto, cada região tem as suas necessidades e desenvolve a língua de acordo com isso, o que não quer dizer, em hipótese alguma que o português de região tal, seja melhor que os outros, apenas as necessidades lingüísticas são



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

diferentes. O processo social mostra que quando as necessidades mudam, a língua acompanha as mudanças, porque a fala está na boca do povo, e não presa à gramática normativa. Sobre esse assunto Bagno afirma:

É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o “melhor” ou o “pior” português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura. (id, 2007, p. 51)

Todo brasileiro sabe português, pois usa essa língua em todas as situações sociais, mantendo com perfeição a comunicação com qualquer falante. Cada variante lingüística tem a sua riqueza que possibilita aos falantes escreverem e contarem histórias, compor músicas e produzirem literatura. Entretanto, o brasileiro sabe o seu português, ou o seu brasileiro.

Há uma cobrança que se fale como se escreve. Ora a gramática é para orientar a escrita e não a fala. Essa cobrança se assemelha a crença que é preciso saber gramática para falar e escrever bem. A gramática foi criada para fixar e descrever como regras as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores tidos como referência. Logo, a gramática é subordinada à língua, e não o contrário.

O preconceito lingüístico ampara-se na gramática normativa, nos métodos tradicionais de ensino e livros didáticos, onde o primeiro inspira a prática do segundo, que por sua vez, provoca o surgimento industrial do terceiro.

O próprio Ministério da Educação já reconhece a existência de alguns mitos lingüísticos, e a necessidade de superá-los. Entretanto, o preconceito está impregnado de tal modo na mente das pessoas, que tal superação requer trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

É inadmissível que em pleno século XXI, quando há uma crescente luta contra as intolerâncias, se alimente tais preconceitos, tal prática é uma violência ao direito de expressão, pois, por falar de uma forma considerada “errada”, pela classe dominante e seus defensores, o falante da variante não padrão, retrai-se, e aos poucos vai anulando-se da participação e construção da sociedade.

Assegurar em primeiro lugar o respeito às diversidades, e consequentemente aos seus falantes, é um dever de cada brasileiro. Eliminar progressivamente as intolerâncias lingüísticas e representações de dominação pautadas no uso de nossa língua é um passo fundamental para a garantia mínima do direito de expressão e participação na sociedade.

Superar todo e qualquer tipo de preconceito faz-se necessário e urgente para a construção de uma sociedade mais humanitária, comprometida com a humanidade e sua emancipação.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Ana Cristina de. Contribuições marxistas em defesa da pluralidade lingüística. In: III Encontro de Educação, Marxismo e Emancipação Humana (Território De Irecê). 2009, Irecê/ BA, **Anais...** Irecê/Ba, editora maxprint , 2009, p. 01/12.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**, 49. ed, São Paulo: Ed. Loyola, 2007.
- _____. **A língua de Eulália: novela sociolingüística**, 11. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- _____. **Português ou Brasileiro? Um convite a pesquisa**, 2. ed. São Paulo: Ed. Parábola, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

-
- BOGO, Ademar. O MST e a cultura. **Caderno de Formação**. 3. ed. São Paulo, 2000. nº 34.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2008.
- CARBONI, F, MAESTRI M. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**, 2. ed. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2003.
- COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do Marxismo para uma teoria crítica da linguagem, vol.16 n1, São Paulo: Ed. Delta, 2000
- CUNHA, Celso Ferreira. Gramática da língua portuguesa, 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.
- DUARTE, Newton; DELLA FONTE, Sandra Soares. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana: sete ensaios da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo, 1991.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- JIPIASSÚ, H, MARCONDES D. **Dicionário Básico de Filosofia**, 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006
- JR, J Mattoso Camara. **Dicionário de Linguística e gramática**, 7.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- LEITE, Y, DINAH, C. **Como falamos os brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- LESSA, Sérgio; TONET Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUBISCO, Nídia, M, L; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de estilo acadêmico: Monografias, Dissertações e teses**. 3ª ed. rev. e ampl. – Salvador: EDUFBA, 2007
- LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MARX, K, ENGELS F. **A Ideologia Alemã**. 7. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- PERINI, Mário A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 7ª reimpressão. Campinas, SP: Mercado das letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **“O português são dois...”**: Novas fronteiras, velhos problemas. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social, 15. ed. São Paulo, 1997.